

# Guaranis reivindicam terras em SC

Conflito envolve 2.300 hectares em mãos de produtores desde o início do século

Geraldo Hasse  
de Chapecó

Briga por terra não é novidade no oeste catarinense, mas no município de Saudades a disputa ganha contornos diferentes, porque envolve índios muito pobres e agricultores minifundiários. Os pacíficos guaranis exigem uma terra explorada há 80 anos por 400 agricultores originários do Rio Grande do Sul. E prometem não sair do que consideram o berço dos seus antepassados. "Perto do território que antigamente era dos índios, estamos querendo uma área muito pequena", diz o cacique Pedro Barbosa, de 38 anos. Nascido em Nonoai, no Rio Grande do Sul, ele garante ser filho de um índio nativo de Araçá, no município de Saudades. Saindo da reserva caingangue de Nonoai, eles chegaram no dia 10 de julho e armaram barracas numa área pertencente a Carlos Zimmer, o mais próspero produtor rural da Linha Araçá, loteamento organizado na década de 20 por uma imobiliária-colonizadora de Porto Alegre em terras devolutas da União.

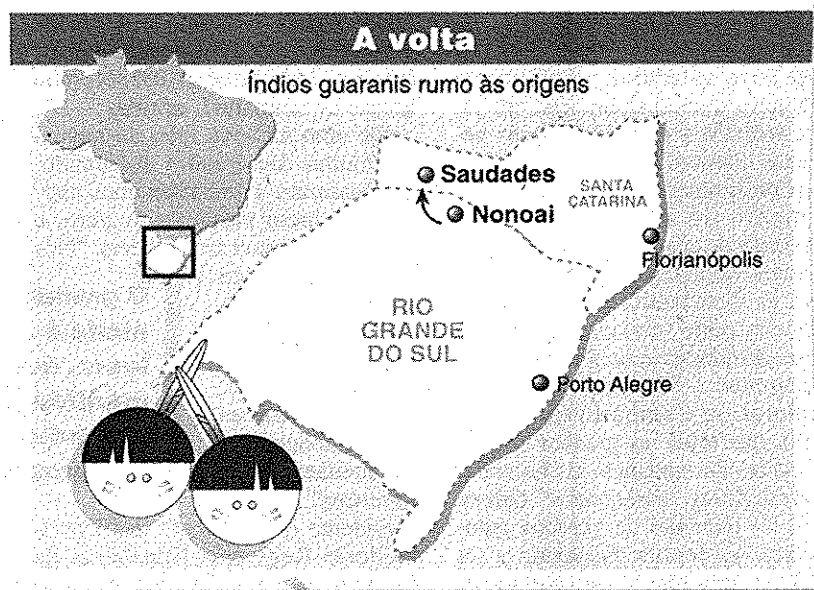
No primeiro momento, os agricultores confundiram os índios com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Logo descobriram que os guaranis contam com apoio de instituições oficiais, como Fundação Nacional do Índio (Funai), Conselho Indigenista Mis-

sionário e Igreja Católica. E tem advogado — o Ministério Público, nomeado pela Constituição do Brasil.

Criado para proteger as reservas indígenas do Norte do país, o artigo 231 reconhece o direito dos índios às terras que já ocuparam e abre a possibilidade de que eles retomem áreas que os técnicos da Funai considerem tradicionalmente indígenas ou necessárias à sua sobrevivência e de seus usos, costumes e tradições; também nega aos eventuais ocupantes das terras o direito a indenização e a entrar na Justiça contra a União, que só fica obrigada a indenizar "benfeitorias realizadas de boa-fé". Por isto, os titulares das terras se sentem ameaçados.

Carlos Zimmer pediu a reintegração da posse da área invadida. Ele argumenta que não faria sentido a Justiça criar um grande problema social com os agricultores para resolver um problema social menor, o dos índios. O caso está nas mãos do juiz Narciso Xavier Baez, da Justiça Federal de Chapecó, que promete uma decisão nos próximos dias.

"Temos um problema de 500 anos e duas vítimas, mas os índios são indiscutivelmente os mais desprotegidos", diz a procuradora da República de Joaçaba, Sonia Cristina Nichi, que responde pelo caso como substituta da procuradora de Chapecó. Até agora a decisão judicial foi adiada por



expedientes jurídicos ou burocráticos envolvendo a Justiça Federal, o Ministério Público e a Funai.

Os guaranis já anunciaram a pretensão de ficar com toda a colônia conhecida como Linha Araçá, com área estimada em 2,3 mil hectares.

Os agricultores criaram a Comissão de Defesa da Propriedade Rural e da Dignidade, que divulgou uma nota oficial dizendo-se indignada com os últimos acontecimentos: "defendemos o direito à propriedade" diz a nota.

## Agricultores vêm injustiça

Carlos Zimmer, proprietário da terra ocupada pelos índios afirma: "achamos que os índios têm direito à terra, mas também temos nossos direitos e vamos buscá-los. Acreditamos estar com a razão. Não se sabe precisamente a área pretendida pelos índios. Fala-se que eles querem de Araçá até Cunha Porã. Se for verdade, dá muito mais do que 2.300 hectares. Nessa área existem 300 ou 400 famílias que vivem da produção agrícola.

"Achamos que não faz sentido criar um problema social enorme para resolver outro, relativamente menor. Há tanta terra ociosa no Brasil, não seria difícil para o governo arranjar uma boa área para os índios". Segundo o proprietário das terras ocupadas, "os índios guaranis não são citados na literatura sobre a região. Aqui predominavam os caingangues.

## Índios recusam-se a sair da área

O cacique falou a este jornal à frente das barracas armadas nos confins de Saudades. Ao seu redor, reuniram-se outros índios.

Perguntado se iriam sair da área, cumprindo um acordo com o juiz Narciso Baez, o cacique Pedro Barbosa respondeu que a Funai não se comprometeu a tirá-los de lá, mas a arrendar uma área próxima para alojá-los enquanto durar o trabalho do grupo técnico. E completou: "de

qualquer maneira, decidimos não sair daqui. Achamos que temos direito a essa terra, e que se a gente sair, vamos acabar jogados de um lugar a outro, como no passado".

Ao ser questionado se não reconhecem o direito de propriedade dos agricultores, o cacique afirma: "achamos que os agricultores têm direito, sim, mas quem vendeu a terra para eles não fomos nós, foi o governo. Portanto, é o governo que

tem de arranjar solução para o problema que criou."

Ao ser perguntado se tem provas de que as terras eram dos seus antepassados, ele lembra: "antes da chegada dos brancos, a terra era toda do índio. Não havia cidades, nem estradas. Inclusive há dois cemitérios guaranis aqui." E completa: "os brancos têm de parar de dizer que índio não trabalha. Índio precisa de terra para viver. Sem terra índio não vive".